

10
0

TERMO DE REFERÊNCIA



TERMO DE REFERÊNCIA

PARA AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO
MUNICÍPIO DE IGREJA NOVA - ALAGOAS

1. INTRODUÇÃO:

1.1. O presente Termo de Referência tem por escopo descrever os itens, especificações técnicas, quantitativos e demais condições gerais de atendimento, a fim de permitir **A AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE IGREJA NOVA/AL.**

2. DO OBJETO

2.1. Registro de preços para **AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES** para atender as necessidades do Município de Igreja Nova /AL.

DESCRIÇÃO	UNID	AGRIC	EDUC	ESTR. E ROD	TRANSP	TOTAL
		QUANT	QUANT	QUANT	QUANT	
ÓLEO LUBRIFICANTE 15W40	BALDES DE 20 LITROS	40	80	50	50	220
ÓLEO LUBRIFICANTE 5W40	UNIDADE	30	60	30	80	200
ÓLEO LUBRIFICANTE 90	BALDES DE 20 LITROS	20	40	40	20	120
ÓLEO LUBRIFICANTE 140	BALDES DE 20 LITROS	20	40	40	20	120
ÓLEO HIDRAULICO 68	BALDES DE 20 LITROS	40	40	80	80	240
DOT 4	UNIDADE	30	60	40	60	190
ATF	UNIDADE	20	60	40	60	180
GRAXA	BALDE DE 20 KG	20	40	60	40	160
ADTIVO PARA RADIADOR	UNIDADE	80	100	100	80	360
ARLA	BALDES DE 20 LITROS		200	120	200	520

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. O presente procedimento tem por finalidade aquisição de lubrificantes para frota da Prefeitura do Município de Igreja Nova/AL, para atender todas as secretarias do Município, uma vez que para gerir o bem comum é necessária tal aquisição.

4. DA VIGÊNCIA DA ATA

4.1. A Ata terá vigência a partir da data de sua assinatura, pelo período de 12 (doze) meses.

4.2. Durante o prazo de validade da Ata de registro de Preços não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir,



facultando-se a realização de licitação específica para serviços pretendidos, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

5. DO FUNDAMENTO LEGAL

5.1. A fundamentação legal que ampara o processo em tela encontra-se na Lei complementar 123/06, Lei complementar 147/13, Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002, no Decreto Federal 7.892 de 23 de janeiro de 2013, e subsidiariamente, na Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e nas demais normas aplicáveis a espécie.

6. FORMA DE COTAÇÃO

6.1. O custo estimado da contratação estabelecido em decorrência da identificação dos elementos que compõem o preço foi levantado em pesquisa de preço que será considerada como referencial de valor máximo unitário e global, por item no fornecimento dos produtos, sendo desclassificadas, após a etapa de lances, as propostas com valores superiores.

7. DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS

7.1. Os produtos objeto do presente termo de referência deverão estar de acordo com as especificações apresentadas no item 2.1 deste termo de referência.

8. DA CONTRATAÇÃO

8.1. O prazo para o recebimento da Nota de Empenho de Despesa será de no máximo 05 (cinco) dias, contados da convocação para a sua formalização, podendo ser prorrogado uma só vez, por igual período, nas situações previstas no § 1º do art. 64 da lei nº 8.666/93, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da mesma lei.

9. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1. Incumbe a Contratante:

9.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preço, indicando sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações do material registrado;

9.1.2. Publicar o(s) preço(s), o fornecedor e as especificações resumidas do objeto em forma de extrato, no Diário Oficial do Município;

9.1.3. Convocar a adjudicatária, dentro do prazo de eficácia de sua proposta, para assinatura da ATA;

9.1.4. Prestar à licitante vencedora do certame todas as informações necessárias, a execução do objeto que trata este termo de referência;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGREJA NOVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES



13

- 9.1.5. Observar para que sejam mantidas durante a vigência da ATA, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante exigida pelo edital;
- 9.1.6. Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;
- 9.1.7. Emitir nota de empenho junto com a ordem de serviço.
- 9.1.8. Fiscalizar os serviços, dando o atesto provisório para posterior verificação de conformidade;
- 9.1.9. Notificar, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições nos serviços, fixando prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua correção;
- 9.1.10. Atestar definitivamente as Notas Fiscais/Faturas que estejam corretamente preenchidas e em conformidade com os serviços e proceder ao respectivo pagamento em até 10 (dez) dias após o atesto.
- 9.1.11. Exercer rigoroso controle de qualidade sobre os serviços.

9.2. Incumbe a Contratada:

- 9.2.1. Entregar os produtos no prazo de até 30 (trinta) dias partir do recebimento da nota de Empenho e Ordem de fornecimento emitido pela contratante, as suas custas, no local indicado.
- 9.2.2. Deverão apresentar, por ocasião da emissão de cada Nota Fiscal as certidões negativas junto ao FGTS, Fazendas Federal, Estadual e Municipal; CNDT (certidão negativa de débitos trabalhistas)
- 9.2.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela contratante no prazo de 5 (cinco) dias úteis;
- 9.2.4. Designar o responsável para ser o contato com a CONTRATANTE na condução de eventuais problemas ou ajustes na execução do Contrato;
- 9.2.5. Responder pelos danos causados diretamente ou indiretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do contrato;
- 9.2.6. Não transferir a outrem o objeto deste termo de referência, exceto nos casos de subcontratação parcial, desde que expressamente autorizados pela CONTRATANTE;

10. FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E GESTÃO.

- 10.1. A fiscalização e o controle dos produtos serão exercidos pelo Sr. Davi dos Santos Silva e-mail: davimor007@hotmail.com.
- 10.2. O gestor do futuro contrato terá entre, entre outras, as seguintes atribuições: expedir ordens de fornecimento;



proceder ao acompanhamento técnico da execução dos serviços; fiscalizar a execução do contrato quanto à qualidade desejada; comunicar à CONTRATADA descumprimento do contrato e indicar os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento; solicitar a aplicação de sanções pelo descumprimento de cláusula contratual; fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais; atestar as notas fiscais para efeito de pagamento; recusar e devolver os serviços cuja execução não se verifique perfeita vista em desacordo com especificações discriminadas no contrato; solicitar reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, no total ou em parte, dos serviços recusados e devolvidos; solicitar à CONTRATADA e ao seu preposto todas as providências necessárias à boa execução dos serviços contratados.

11. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. O pagamento dos serviços efetivamente executados será creditado em nome na CONTRATADA, em moeda nacional, mediante Ordem Bancária em conta corrente por ela indicada, até o trigésimo dia após o atesto.

11.2. A Nota Fiscal deverá ser emitida pela CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ indicado nos documentos de habilitação e na nota de empenho.

11.3. O pagamento ficará condicionado que a Contratada atenda a todas as condições de habilitação no que diz respeito à regularidade fiscal;

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. Para fazer face às despesas, será emitida Nota de Empenho pela Coordenação de Contabilidade sempre que ocorrer contratações.

13. DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Poderá utilizar-se dos preços registrados qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao gerenciador da ata.

14. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

14.1. Os preços registrados serão cancelados, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou pela CONTRATANTE nos seguintes casos:

14.1.1. Quando o vencedor da licitação não retirar a Nota de Empenho de despesa, no prazo estipulado ou descumprir as exigências da Ata a que estiver vinculado, sem justificativa aceitável;



14.1.2. Quando os preços registrados se apresentarem superiores aos de mercado e não houver êxito na negociação para sua redução e adequação aos praticados no mercado.

15. DAS PENALIDADES

15.1. A empresa que, convocada dentro do prazo de eficácia de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, segundo resultar apurado em processo regular pela autoridade competente, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados e Municípios, pelo prazo de 05 (cinco) anos, além de sujeitar-se à multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993;

15.2. No processo de aplicação de penalidades são assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa;

15.3. Incidirá nas penalidades previstas neste item, a licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, a retirar a Nota de Empenho dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da ciência da notificação, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida.

16. CONDIÇÕES DE ENTREGA

16.1. O fornecimento do material deverá ser providenciado, de acordo com a necessidade da Secretaria solicitante, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de expedição da Ordem de Fornecimento, enviada a empresa através de e-mail ou de outro meio hábil.

16.2. Para efeito de verificação da conformidade ou não do material fornecido com as especificações constantes do presente Termo de Referência, o MUNICÍPIO DE IGREJA NOVA/AL, através do Setor Competente a ser identificado, terá o prazo de 24 horas, contado da data de entrega, oportunidade em que o aceitará, atestando a respectiva nota fiscal, ou o rejeitará, na hipótese de desconformidade que não atenda às necessidades desta instituição.

16.3. O material solicitado deverá ser entregue na sede da Secretaria solicitante ou em endereço informado na Autorização de Despesa e/ou Ordem de Fornecimento, das 8h à 11h30min, e das 14h00min às 16h30min (horário local), em dias úteis.

16.4. A CONTRATADA deverá executar fielmente as entregas de acordo com as requisições expedidas, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da fiscalização, salvo por motivo justificável, fruto de caso fortuito ou força



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGREJA NOVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES



16

maior, que deverá ser analisado por servidor designado.


16.5. A CONTRATADA, em caso de produtos defeituosos ou em desacordo com as especificações técnicas contidas neste Termo, deverá promover sua substituição no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da notificação do Órgão público municipal requerente.

Caso o produto necessitar de troca, as despesas também ficam a cargo do fornecedor.

17. CRITÉRIO DE JUGAMENTO DAS PROPOSTAS

16.1. Para critério de julgamento da proposta, será adotada "MENOR PREÇO POR ITEM".

Igreja Nova/AL em 01 de junho de 2023


Davi dos Santos Silva
Secretário Municipal de Transportes